

Câmara Setorial da Soja

*Reconhecer e fortalecer a
cadeia de valor*

Helinton.rocha@agricultura.gov.br

Coordenação Geral de Apoio às Câmaras
Setoriais e Temáticas

Departamentos de Estudos e Prospecções

Secretaria de Política Agrícola

Conferência Nacional de Câmaras Setoriais e Temáticas

1. Alteração na Instrução Normativa 11/2007 – Que trata sobre o padrão oficial da classificação da soja, em específico sobre sementes tóxicas	CONJUR fará informação sobre o andamento com Nota Técnica da ABIOVE e outros
2. Aprovação do PL 6299/02 (Nova Lei dos Defensivos)	No Parlamento sob análise

Política Agrícola

1. Títulos do agro: O debate sobre os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) precisa ser aprofundado.
2. O CRA é uma excelente ferramenta de captação de recursos à juros competitivos, entretanto, o seu alto custo de operacionalização inviabiliza a democratização da ferramenta.
3. O objetivo é buscar formas de levar o CRA aos produtores e pequenas cooperativas.

Crédito Agrícola

1. Desburocratizar o sistema, ampliar os players bancários para ofertar o crédito (concorrência);
2. Revisar o MCR da obrigatoriedade da aquisição de um "seguro agrícola" como "única" opção para liberar o crédito agrícola.

Cartórios:

1. Criar uma central de registro, de gravames e de penhores.
2. Reduzir a participação dos Cartórios de Registro nas negociações rurais, afinal este player tem onerado muito a produção agrícola.
3. Manter linhas de crédito para investimento na melhoria dos solos, abertura de novas áreas e recuperação de área degradada;
4. Flexibilização, desburocratização e plurianualidade na concessão de crédito.
5. Na liberação do crédito para a 2ª apenas safra um aditivo no contrato da 1ª safra;
6. Alterar as regras para a captação de recursos. A documentação necessária para acesso ao crédito deve ter validade de 4 anos; Isso reduzirá custos cartorários e reduzirá a emissão de documentos;
7. Fomento a mecanismos privados de comercialização em Bolsa (contratos futuros); Implementar subsidio para ferramentas de gerenciamento de riscos como os contratos de opção, permitindo que o produtor trave preços e reduz aos riscos de receita;

Seguro Agrícola:

1. Disponibilizar a subvenção do seguro para o produtor que adquiriu seguro agrícola e não a seguradora, dar o direito do produtor em escolher a seguradora.
2. Fomentar a modalidade de Seguro de Faturamento, Paramental, Pragas Quarentenárias;
3. Regulamentar a LC 137 Fundo de Catástrofe. emiar produtores que adotem práticas sustentáveis, conservacionistas e redução do custo da apólice para o produtor.

Seguro Agrícola:

4. Ampliação de recursos para o seguro agrícola assim como reestruturação das apólices de seguro com valores mais atraentes aos produtores. As apólices atuais em muitos casos não cobrem o custo operacional efetivo , inviabilizando a contratação.
5. É necessário ajustar o nível de cobertura para que o COE esteja coberto em caso de adversidades climáticas;
6. Adequação das apólices sobre o nível de cobertura para cada cultura (discussão junto à equipe da SPA/MAPA);
7. Ampliação do zoneamento agroclimático para mais culturas (Discussão junto a SPA/MAPA e Embrapa);

Biotecnologia

1. Alinhamento com o setor produtivo sobre as novas tecnologias de transgenia que devem obter registro junto à CTNBio para produção no Brasil;
2. Montar através de uma portaria um grupo do setor produtivo para definir as tecnologias GMO que devem ser priorizadas para registro junto ao CTNBio e as que não devam entrar na lista.

Classificação de grãos

1. Inclusão e registro de classificadores oficiais no sistema.
2. Unificar os conceitos e critérios a serem adotados pelos membros do sistema.
3. Uniformizar conhecimentos (cursos de treinamento) para os classificadores das empresas que adquirem a produção.

Defesa Agropecuaria

1. Regulamentar a importação de defensivos agrícolas produzidos no Brasil e exportados para os países do Mercosul;
2. É necessário alterar a IN° 26 de 2017 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA) para que o produtor tenha condições de importar defensivos agrícolas;
3. Criar uma norma para o recolhimento das embalagens dos defensivos importados;
4. Agilidade nos registros de novas moléculas;
Manter a portaria que solicita que o setor indique as pragas prioritárias para a definição dos defensivos que devem ter o registro priorizado;
5. Na definição dos produtos prioritários deve ser priorizado os produtos novos ou os que tenham poucas opções de concorrência;



Obrigado!

helinton.rocha@agricultura.gov.br